

O Senado, de cara nova

Com a eleição de dois terços da Casa no dia 3 de outubro, o Senado promete viver uma transformação. Os novatos chegam cheio de sonhos e de idéias para dar uma nova dimensão à função parlamentar, algumas que extrapolam as determinadas pela Constituição. Os reeleitos têm propostas para mexer no regimento, alterar o texto constitucional, ir além da tarefa de meros avalistas de decisões to-

madadas pelos parceiros da Câmara dos Deputados.

O Agenda 95 foi ouvir o que pensam, propõem e criticam alguns dos senadores, novos e reeleitos. Os repórteres Ricardo Lessa, Fernando Granato e Míriam Karam observaram que privatização e tamanho do Estado são temas que geram polêmica e devem se manter na pauta de discussões a partir de fevereiro de 1995, quando se inicia a

nova legislatura. O endividamento dos Estados, a situação dos bancos estatais, reforma constitucional, legislação eleitoral, lobbies, Orçamento da União, e dívida externa são assuntos que certamente acenderão o clima normalmente calmo do Senado. Há propostas para mexer no regimento interno e ampliar o poder de atuação.

Os problemas regionais também estarão presentes, além de

questões nacionais, como a garantia da governabilidade, a distribuição de renda, os programas sociais, como se observa pelos depoimentos dos senadores Benedita da Silva (PT-RJ), Lauro Campos (PT-DF), José Fogaca (PMDB-RS), Roberto Requião (PMDB-PR), Lúcio Alcântara (PDT-CE), Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Vilson Kleinubing (PFL-SC).